O BRASIL É LAICO? AUMENTO DA BANCADA RELIGIOSA ATIÇA DEBATE ENTRE ESPECIALISTAS

# Ecidadania Meio Ambiente

CAMINHANDO JUNTO COM A SOCIEDADE



### CARROS

MOBILIDADE AMEAÇADA A
PELO EXCESSO DE VEÍCULOS

### ESPANHA

CRISE ECONÔMICA LEVA POPULAÇÃO À POBREZA

### SEXO

PESQUISA MOSTRA QUE (1)
JOVENS TÊM PRECONCEITOS

### OVERSHOOT ECOLÓGICO

VOCÉ JÁ OUVIU FALAR NISSO? TALVEZ NÃO ESTEJA LIGANDO
O NOME Á AÇÃO... MAS TODAS AS VEZES EM QUE NÃO LIGOU
PARA O DESPERDÍCIO DOS RECURSOS DA NATUREZA,
MOVIDO PELO DESEJOS MATERIAIS, ESTAVA COLOCANDO
EM PRÁTICA ESSE CONCEITO. É PRECISO MUDAR DE ATITUDE
OU O PLANETA PODE ESTAR PERDIDO...

### DIREITOS

NATUREZA TAMBÉM TEM OS SEUS. RESPEITEI

### AMAZÔNIA

PEQUENO PRODUTOR USA MAL AS MÁQUINAS AGRÍCOLAS





Para um mundo melhor, não pode faltar inspiração. Novo Programa Petrobras Socioambiental. Um investimento de 1,5 bilhão de reais em transformações.



Novo Programa Petrobras Socioambiental. Fonte de inspiração. Fonte de transformação.

Estamos lançando o Programa Petrobras Socioambiental, que vai investir, até 2018, 1,5 bilhão de reais em projetos que integram meio ambiente, educação, trabalho e renda, esporte e direitos da criança e do adolescente. Tudo para construir um futuro melhor para você e para o país.

Gente. É o que inspira a gente.







# SUMÁRIO CIDADA A MEIO AMBIENTE











### Overshoot ecológico

Na busca do progresso, a humanidade coloca em primeiro plano a satisfação desenfreada pelos desejos materiais. Mas esquece que, assim, está esgotando os recursos naturais da Terra.

Entrevista

O francês Serge Latouche, professor de economia da Universidade Paris-Sul, fala sobre a teoria do 'decrescimento', que condena o crescimento pelo crescimento e a sociedade de consumo.

O que os jovens sabem sobre sexo Uma pesquisa feita com pessoas entre 18 e 29

anos revelou que ainda há muito preconceito e ideias equivocadas sobre relacionamento sexual. E isso pode trazer problemas de saúde pública.

O Fstado laico

No governo, cresce a bancada religiosa. E isso tem levantado discussões entre políticos e pesquisadores, preocupados com o crescimento de censuras que possam prejudicar o campo da saúde.

Carros demais

Há um número excessivo de veículos nas ruas, trazendo problemas para a mobilidade e para o bem-estar das pessoas. É preciso reverter esse quadro e apostar nos transportes coletivos.

### A retomada da terra

Os pequenos produtores rurais são a ponta mais fraca do processo capitalista. Para eles, sobra sempre muito pouco. É preciso valorizar esses trabalhadores e melhorar suas condições.

> De acordo com a pesquisa publicada na página 10, 75% dos jovens acreditam que a educação sexual não deva ser ensinada em casa. Mas a conversa com os pais é fundamental.

Gorduras

Elas são essenciais para o organismo. Mas, se o seu consumo é excessivo, pode levar a diversas doenças. É preciso entender o mecanismo desses macronutrientes para não correr riscos.

Quanta pobreza

Uma jornalista espanhola conta sobre a terrível situação econômica em seu país atualmente. As pessoas estão perdendo seus empregos, suas moradias, suas dignidades. E a tendência é piorar.

Sustentabilidade muito além As políticas devem ser focadas não só no

desenvolvimento humano, mas também na preservação da qualidade de vida do planeta. Ou seja, com equilíbrio social, econômico, político e ambiental

Direitos humanos e da natureza

De nada adianta proteger apenas os homens, deixando de lado os cuidados ambientais. Afinal, todos nós precisamos da biodiversidade para que haja vida no planeta. Equilíbrio é fundamental.

Mecanização aarícola

Na Amazônia, diversos pequenos agricultores familiares não estão fazendo uso eficiente de máquinas para ajuda-los em suas produções. Mas há, também, exemplos de sucesso no campo.





### Caros Amigos,

Atitude e consciência não são assuntos diretamente socioambientais, mas relacionam-se com nossos projetos, quer sejam ambientais, sociais ou culturais. Nos últimos anos, as empresas estão concentrando suas verbas de apoio, publicidade e patrocínio em projetos que tenham como foco os vips, os famosos e as celebridades. Argumentam que isso oferece maior retorno de mídia.

Mas até que ponto somos corresponsáveis por essa situação? Explico melhor - não estaremos falhando ao não propor e incentivar que as pessoas tenham a compreensão de que sua opção pela aquisição de serviços ambientais, sociais e culturais pode ser, no longo prazo, alienante e insustentável?

Esse crescente processo de comunicação alienante está nos conduzindo a um queto cada vez menor. Suportaremos a asfixia? Não tenho a resposta e acho que ninquém tem.

No entanto, acho que estamos falhando em nossos compromissos, ao não incluirmos o desenvolvimento de uma consciência crítica da realidade no conceito de desenvolvimento sustentável. A tal "nova ética" da qual tanto falamos também deve incluir o acesso e a escolha da informação que gueremos e precisamos.

Os veículos de comunicação socioambiental sobrevivem com dificuldade porque é uma luta conquistar leitores pagantes ou assinantes e, por consequência, contar com o apoio de anunciantes.

A realidade está demonstrando que muitas pessoas estão optando pela alienação e nós não estamos colocando isso em discussão. Mas é importante lembrar que alienação e consciência não andam juntas.

Se formos sinceros, perceberemos que o problema não está na alienação de programas e matérias, mas na opção dos leitores e telespectadores.

Precisamos analisar e compreender o porquê disso e a quem serve essa atitude voyeur e descompromissada.

A sociedade precisa ter acesso à informação – toda e qualquer informação. As pessoas, diante das informações disponíveis, devem optar por qual conteúdo querem. Em certa medida, esse é, simplificadamente, o conceito essencial da democratização da informação. E, exatamente em respeito ao direito de informação, a mídia de consciência deve esforçar-se por sobreviver e demonstrar à sociedade que nossa existência cumpre um relevante papel social.

De certa forma, sentimo-nos culpados porque somos chatos. Nós falamos de ética, cidadania, saúde, paternidade responsável, consumo consciente e responsável, limites, etc. Afinal, é muito mais divertido ler sobre quem está "pegando" quem ou quem está "brilhando".

E, se isso for verdade, é nossa responsabilidade assumir um papel mais ativo no processo, valorizando a educação (com "e" maiúsculo) e motivando os leitores e telespectadores para uma compreensão mais crítica da realidade. Se formos extintos, que seja por decisão consciente da sociedade e não porque as corporações nos consideram desnecessários e "aborrecidos" e, por isso, não possuem qualquer real compromisso em apoiar, incentivar e patrocinar a democratização da informação.

O leitor tem direito a optar pela informação descompromissada, mas nós não temos direito à omissão.

Boa leitura!

Henrique Cortez **Editor** 



#### A REVISTA CIDADANIA & MEIO AMBIENTE É UMA PUBLICAÇÃO DA CÂMARA DE CULTURA EM PARCERIA COM A CORTEZ CONSULTORIA,

**ASSESSORIA E REPRESENTAÇÕES** CNPJ Nº 56.798.390/0001-41

Telefax Rio de Janeiro (21) 2487-4128 Telefax Mangaratiba (21) 2780-2055 Celulares (21) 98197-6313 / 98549-1269

> cultura@camaradecultura.org www.camaradecultura.org

#### REPRESENTANTE COMERCIAL - BRASILIA

nazem Eventos e Publicida PABX (61) 3034 8677

DIRETORA EXECUTIVA: Regina Lima regina@camaradecultura.org

DIRETORA ADJUNTA: Marta Souza Lima marta@camaradecultura.org **EDITOR:** Henrique Cortez SUBEDITORA: Ana Lúcia Prôa anaproa@camaradecultura.org
EDITOR DE ARTE: Sidney Ferreira

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO: Achim Steiner, Amanda Rossi Mascaro, BBC Brasil, Chris Bueno, Cintia Moreira Marciliano da Costa, Clarissa Neher, ComCiência, Damian Carrington Blog,

Daniela Chiaretti, Eduardo Mendonça, Grida-Arendal, IHU On-Line, Ivo Lesbaupin, Leandra de Mattos Spezzano, Manuela Carneiro da Cunha, Marcus Eduardo de Oliveira, Moisés de Souza Modesto Júnior, Nádia Pontes



#### Visite o portal EcoDebate

www.ecodebate.com.br Uma ferramenta de incentivo ao conhecimentoe à reflexão através de notícias, informações, artigos de opinião e artigostécnicos, sempre discutindo cidadania e meio mbiente, de forma transversal e analítica Cidadania & Meio Ambiente também pode ser lida e/ou baixada em pdf no portal www.ecodebate.com.br

A Revista Cidadania & Meio Ambiente não se responsabiliza pelos conceitos e opiniões emitidos em matérias artigos assinados

Editada e impressa no Brasil.



A Revista Cidadania & Meio Ambiente também pode ser lida e/ou baixada camaradecultura.org e



### Sinal amarelo para o destino da humanidade

Estamos abusando do planeta em nome da satisfação dos desejos materiais. A realidade da economia atual é produzir, produzir e produzir... sem levar em conta os limites da natureza. Sem que ela consiga se renovar, onde encontraremos água e outros recursos para sobreviver? Como daremos fim a tantos resíduos que estão sendo gerados? Como iremos lidar com climas tão instáveis? Essas são apenas algumas das ameaças a que estamos expostos, como consequência ao desejo desenfreado dos homens em possuir. Neste artigo, então, entenda o que é overshoot e conheça as maneiras de vencer esse risco. Sim, é possível vencê-lo! Basta colocar certas ações em prática.

POR Marcus Eduardo de Oliveira

maior urgência política da nossa época é conter a grave crise ecológica. Essa grave crise, gestada no seio da ecologia, é fruto da distorcida visão social do progresso, que faz a humanidade correr tresloucadamente em busca da satisfação ilimitada dos desejos materiais. Para isso, põe a roda da economia (atividade produtiva) para girar com mais força e rapidez, expandindo a qualquer custo a máquina de produzir suntuosidades. É a sociedade produzindo riquezas (produtos) além do necessário, como bem disse Thorstein Veblen (1857-1929). O motivo? Para que os indivíduos com mais poder de aquisição possam se distinguir uns dos outros.

Essa sociedade de produção e de consumo – na verdade, de hiperprodução e hiperconsumo – produziu em escala mundial o *overshoot* ecológico (transbordamento). Ou seja, esgotouse o estoque da natureza sob a forma de biocapacidade – o montante de recursos que o planeta regenera a cada ano – e o compara à demanda humana. Transbordou-se o montante necessário para produzir todos os recursos vivos que consumimos e absorver nossas emissões de dióxido de carbono.

### A NATUREZA TEM LIMITES

Desde 1970, nossa pegada de carbono (quantidade de terra e área marítima necessária para absorver todo o CO2 que emitimos) mais do que duplicou. De acordo com o *Living Planet Report 2010*, a humanidade usava em 2007 (último ano para o qual se têm dados) o equivalente a um planeta e meio para suportar suas atividades.

E por que isso aconteceu? Porque a economia não respeita (na verdade, ignora) os limites da natureza. A atividade econômica produtiva (o sistema econômico que nada mais é do que um subsistema da natureza) não leva em consideração as fronteiras ecossistêmicas e obedece cegamente à ordem que emana do mercado, que "pede" mais crescimento com mais produção.

Isso resulta na depredação dos vitais ecossistemas, no aquecimento global, na erosão da biodiversidade, na degradação dos recursos hídricos. Lamentavelmente, o sistema econômico não leva em conta a premissa de que mais crescimento físico da atividade econômica significa completo esgotamento de recursos da natureza; em outras palavras, em aumento de entropia (degradação).

Não há como negar: o aumento da produção econômica (mais produtos) representa menos florestas, solo, água, ar, clima estável e, no final, mais resíduos e poluição. Para se fazer um hambúrguer de 100 gramas, são necessários 11 mil litros de água. A fabricação de um jeans consome 8 mil litros de água e o equivalente a 32 quilos de recursos naturais. Esse raciocínio é bem simples: a partir de certo tamanho da economia, há mais custos (e perdas) socioambien-

tais do que benefícios (e ganhos) oriundos da produção material.

Não por acaso, desde os anos 1960, o PIB mundial foi simplesmente multiplicado por cinco; nos anos 2000, o produto bruto mundial cresceu, em média, a um ritmo de 3,7% ao ano. Entretanto, desde os últimos 60 anos, a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, quando se consolidou a busca pelo crescimento econômico como paradigma supremo das políticas governamentais, mais de 60% dos principais serviços ecossistêmicos foram destruídos (transbordaram) à exaustão.

Vale reiterar: esse "transbordamento" (overshoot) deve ser creditado à estapafúrdia ideia de fazer a economia (um sistema aberto dentro do ecos-

Não há como negar:
o aumento da
produção econômica
(mais produtos)
representa menos
florestas, solo, água, ar,
clima estável e, no final,
mais resíduos
e poluição.

sistema) crescer, entendendo, erroneamente, que diante disso repousa a melhora substancial do padrão de vida das populações.

Com isso, implica-se em mais poluição (a poluição dizima 1,5 milhão de pessoas ao ano ao redor do mundo). mais produção de lixo (o mundo produz cerca de dois milhões de toneladas de lixo domiciliar por dia; são cerca de 730 milhões de toneladas ao ano), considerável perda de ecossistemas/biodiversidade, consumo exagerado de matérias-primas não renováveis, mais e mais emissões de CO2 (se, durante os anos 1990, as emissões de CO2 aumentavam ao ritmo de 1,3% ao ano, durante os anos 2000 esse ritmo subiu para 3,3% ao ano) e, claro, como consequência, menos meio ambiente.

A perda de ecossistemas é gravíssima. Vamos citar apenas um único exemplo: o maior de todos os ecossistemas, os oceanos (mares e oceanos representam 71% da superfície da Terra), estão em corrente processo de esgotamento. O Fundo de Alimentação e Agricultura, da Organização das Nações Unidas (FAO/ONU), já declarou que, em 2048, não poderemos tirar dos oceanos nenhum recurso alimentar significativo. Mais de 90% dos estoques de peixes predadores de grande dimensão, como



atum, peixe-espada e bacalhau, já foram capturados. Entre os anos 1950 e o momento presente, a pesca total em águas abertas e abrigadas passou de 20 milhões para 95 milhões de toneladas métricas.

### É PRECISO RECONSTRUIR A SOCIEDADE

As extinções de fauna e flora, fruto da ação antrópica, alcançou ritmo jamais visto no último século. Por essa razão, o prêmio Nobel de química, Paul Crutzen, declarou que desde o final do século XVIII "entramos" no período "antropoceno", ou seja, na era em que predomina a influência (agressão) humana sobre a biodiversidade.

Por tudo isso, é urgente a necessidade de reconstruir a sociedade (e, especialmente, a maneira como a economia atua em sua relação com o meio natural) em torno de outros valores, longe da sanha consumista. Se pretendemos alcançar com eficiência a política da sustentabilidade, obrigatoriamente o sistema econômico deverá passar pela capacidade de atingir prosperidade sem crescimento. Uma vez reconhecendo que a pressão humana sobre o sistema ecológico é expansiva e dilapidadora, três fatores precisam ser contornados para essa reconstrução acontecer satisfatoriamente: 1) segurar o aumento populacional (em 1900, a população mundial era de 1,5 bilhão de habitantes; 85 anos depois, o planeta atingiu 5 bilhões de pessoas e, em apenas mais 28 anos, o mundo "ganhou"

Para se fazer um hambúrguer de 100 gramas, são necessários 11 mil litros de água. A fabricação de um jeans consome 8 mil litros de água e o equivalente a 32 quilos de recursos naturais.

mais 2 bilhões de habitantes); 2) estancar o nível de consumo; e 3) reduzir o uso de novas tecnologias voltadas exclusivamente ao aumento da produtividade do trabalho - base de aceleração da economia.

Esse conjunto de fatores – em espe-

cial, os dois últimos - passa por 'encaixar' a atividade econômica dentro dos limites dos ecossistemas. A economia não pode mais 'funcionar' sob o paradigma do crescimento. Tão importante quanto isso é o fato de a economia neoclássica – fascinada pela ideia de equilíbrio e liturgicamente adepta do dogma do crescimento - reconhecer aquilo que é mostrado com bastante clareza pela segunda lei da termodinâmica (parte da física que estuda as transformações energéticas): o 'circuito econômico' não funciona no vazio, mas dentro da biosfera.

Urge 'renovar a economia' substituindo a obsessão material, privilegiando o elo social em vez da satisfação individual, como bem apontou Hervé Kempf. Por fim, cabe perguntar: seria isso mera utopia? Não! Definitivamente, não. Utopia maior consiste em acreditar que podemos continuar no caminho atual de exploração desenfreada dos recursos naturais e que isso, em um breve amanhã, não afetará os destinos da humanidade. 💓

MARCUS EDUARDO DE OLIVEIRA é articulista do Portal EcoDebate, professor de economia e mestre em Integração da América Latina (USP). Contato: prof.marcuseduardo@bol.com.br



Professor emérito de economia da Universidade de Paris-Sul (Orsay), ele é um dos teóricos do 'decrescimento', proposta que rechaça o crescimento pelo crescimento e a sociedade de consumo. Conheça suas ideias nessa conversa com Cristina Vázquez, do jornal espanhol El País.

### Esses tempos de crise são propícios para as teorias do decrescimento?

Sim e não. Sim, porque a crise econômica está conectada ao desastre econômico, o que nos leva a um choque terapêutico que exige outro sistema [de produção]. E não, porque a reação de todos os governos e dos poderes econômicos não é corrigir, mas reproduzir o atual sistema: mais indústrias automobilísticas e mais cimento, o que é uma contradição. Os governos admitem isso, mas fazem o contrário para evitar tensões sociais e seguem ajudando os bancos, o capital...

### A sua proposta não é utópica?

É uma revolução, e toda revolução implica uma mudança de mentalidade. Temos o exemplo do 'Maio de 1968', que não foi violento. As pessoas saíram às ruas para pedir outro modelo de vida. Não foi uma mudança tão espetacular como a Revolução Francesa, mas trouxe transformações. O planeta necessita que mudemos de estilo de vida.

### Há alguém que possa liderar esse movimento?

As mudanças não serão produzidas com as estruturas atuais, que são do século XIX. Serão associações, mas não necessariamente um partido político. Eu, ao menos, não tenho intenção de criá-lo.

### Que mudanças vão ser feitas?

A relocalização, porque permite 'desmundializar', questiona os mercados financeiros e encontra um sentido diferente para a produção local e ecológica.

### Um retorno ao campo?

Não apenas um retorno ao campo. Mas creio que haverá uma agricultura não produtivista. Não deve ser entendido como uma volta ao passado; será preciso reinventar uma agricultura mais próxima, menos produtivista e que use menos pesticidas e produtos químicos para engorda.

### O desemprego é o grande drama dessa crise. O que você faria?

Os governos reimpulsionam o cres-

cimento, o que nos empurra novamente contra a parede. Há soluções fáceis como aumentar a população agrícola, reduzir as horas de trabalho ou potencializar a reciclagem. A indústria automobilística poderia produzir tecnologia solar em vez de carros.

### Como vive um crítico do crescimento?

Não é preciso ser de uma sobriedade masoquista. Mas eu, por exemplo, não ando de avião, prefiro o trem. Andar de carro pela cidade também é bastante desagradável. Se puder ir de bicicleta, melhor. Não gosto de beber água engarrafada. Prefiro as biocooperativas aos shoppings, e coisas do gênero.

### O decrescimento é incompatível com a Internet?

Todos aqueles que fizeram uma opção radical de voltar ao campo, ser autônomos e produzir seus próprios alimentos têm computador. O decrescimento não demoniza necessariamente a Internet.

Artigo publicado no IHU On-line.

# JOYLENS COMIDEIAS EQUIVOCADAS SOBRE SEXO

Um estudo feito com rapazes e mocas entre 18 e 29 anos revelou que há muita desinformação e preconceito quanto ao assunto. Por exemplo, alguns se mostram intolerantes com homossexuais e não veem problemas quando um homem agride a companheira em caso de traição. Para piorar, a juventude não quer conversar com os pais sobre sexualidade. A ausência da educação sexual, contudo, pode trazer problemas de saúde pública.

POR Aline Valcarenghi



ouco mais de quatro em cada dez jovens entre 18 e 29 anos concordam, total ou parcialmente, com a ideia de que mulheres que se vestem de forma insinuante não podem reclamar se sofrerem violência sexual e pouco mais de 10% são indiferentes a esse tipo de violência. É o que mostra a pesquisa Juventude, Comportamento e DST/Aids, encomendada pela Caixa Seguros, aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília e feita com o acompanhamento da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e do Departamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids (DST/ Aids) e Hepatites Virais do Ministério da Saúde. Os resultados revelam alto grau de desinformação e preconceito de gênero e contra homossexuais.

Para o coordenador da pesquisa, Miguel Fontes, que é doutor em saúde pública, o machismo ainda está muito presente entre os jovens, "principalmente os homens". Pouco mais de 9% dos entrevistados concordam ou são indiferentes ao fato de um homem agredir uma mulher porque ela não quis fazer sexo e pouco mais de 11% têm a mesma opinião com relação a homens que batem na parceira que o traiu.

Para a socióloga do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Jolúzia Batista, essa geração de jovens sofreu um avanço conservador nos últimos anos. Em sua opinião, uma educação não sexista nas escolas é fundamental para mudar esse cenário. "Nós vemos que hoje a violência surge como uma forma de colocar a mulher nos trilhos, de corrigi-la. É preciso investir em educação para mudar isso", defende.

Para a pesquisa, foram entrevistados 1.208 jovens entre 18 e 29 anos, em 15 estados e no Distrito Federal, sendo 55% mulheres. Os critérios da coleta de dados, feita em 2012, são semelhantes aos adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O trabalho foi concebido e analisado pela John Snow Brasil Consultoria, e a coleta de dados foi feita pela Opinião Consultoria.

Entre os jovens entrevistados, apenas 30% estudam e 56% já foram reprovados no colégio. Mais da metade são católicos e quase um terco, evangélicos. De cada dez, seis acessam a Internet com frequência e cinco navegam pelo menos duas horas por dia. A maioria perdeu a virgindade entre os 14 e os 18 anos, 10% ainda não tiveram relação sexual, 95% se declararam heterossexuais, 3% disseram ser bissexuais e os 2% restantes, homossexuais.

### **SEM CONVERSA EM CASA**

Levantamento feito pela Caixa Seguros mostra que 75% dos jovens acreditam que a educação sexual não deve ser ensinada em casa e 70% deles acham que essa formação está associada ao estímulo para o início da vida sexual. "A conversa com os pais é fundamental, ela faz com que o jovem se sinta muito mais à vontade para absorver e trabalhar as informações e as diferenças. Além disso, a pesquisa revela que ter o professor como referência contribui para um jovem com maior nível de educação sexual", defendeu Miguel Fontes, coordenador da pesquisa.



Sobre a diversidade de orientação sexual, a pesquisa Juventude, Comportamento e DST/Aids mostrou que 11% dos entrevistados não teriam amigos gays ou amigas lésbicas. Quando perguntados se ficariam incomodados por terem um professor homossexual, 9% se incomodariam, e quando a pergunta é sobre um irmão ou uma irmã, o número salta para 22%.

"Eles não têm tanto preconceito quando é fora de casa. Se perguntar se os jovens têm um amigo gay, são mais abertos a isso; um professor, um pouco menos; mas quando a pergunta é sobre a família, como um irmão, a intolerância aumenta consideravelmente", avalia Fontes. Por outro lado, um dado interessante da pesquisa é que, entre os jovens consultados, 38% aprovam a adoção de crianças por casais homossexuais.

### **RELIGIÃO AJUDA NOS TABUS**

O levantamento também revelou que a religiosidade não ajuda os jovens a serem mais tolerantes em termos de sexualidade. Pelo contrário, o fato de participar de grupo religioso e ter a Igreja como principal fonte de educação sexual reforça tabus.

O levantamento mostra ainda que os homens e as mulheres de 18 a 29 anos são mais educados sexualmente quando têm um professor como principal fonte de informação, quando não participam de grupos religiosos, quando travam um bom diálogo com os pais e quando não possuem a Igreja como primeira fonte de informações sobre educação sexual.

"A visão contemporânea de educação sexual daqueles que não têm muitos preconceitos, tabus, os que aceitam as diferenças, os que reconhecem a importância da educação sexual em todas as etapas da vida, não só na escola, contribui para a saúde pública", conclui Fontes.

A reportagem de ALINE VALCARENGHI é da Aaência Brasil.



dos Correios para preservar a natureza e permitir que ela continue fazendo seu trabalho. E, com o Sistema de Gestão

Ambiental, o compromisso com o meio ambiente se tornou ainda maior e mais efetivo.





# O ESTADO É LAICO?

Com o avanço da bancada religiosa no Brasil, pesquisadores apontam como isso tem influenciado nas políticas públicas, principalmente no campo da saúde. Além disso, há muitas opiniões sobre o assunto, envolvendo preconceitos e censuras. Veja, aqui, este interessante debate.

**POR Viviane Tavares** 

eocracia e fundamentalismos na contemporaneidade: ameaças à cidadania e ao Estado laico" foi o tema do grande debate que encerrou as atividades do dia 15 de novembro no VI Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, organizado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), no Rio de Janeiro. A pesquisadora Sonia Côrrea, do Observatório de Sexualidade e Política da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, informou que a principal área em que os reflexos desse movimento da religião nas políticas de Estado estão sendo enfrentados é a da saúde. "Já tivemos materiais censurados que falam sobre os direitos dos gays, das prostitutas, do bullying homofóbico, do aborto... é censura atrás de censura. É importante nos or-

ganizarmos porque o inimigo é grande", salientou.

A professora revelou ainda que essa realidade não é particular do Brasil. Segundo ela, na Índia, por exemplo, já se pediu o fim da sodomia. Ela defendeu que o problema não é de uma religião em particular, nem do fundamentalismo, mas sim do moralismo. "As pessoas têm usado a religião como obstáculo para a sexualidade, mas esse debate é pouco produtivo. Temos concepções seculares na medicina que não dizem respeito à religião, como o sexo significar homem e mulher, quando hoje temos muitas vozes transexuais que não são representadas nesse enquadramento", debateu.

Sônia disse que culpar o fundamentalismo nesse cenário não englobaria as ações em todo o mundo, já que  □ não poderia ser transplantado para o conservadorismo católico, para o hin-🖁 duísmo, para o judaísmo e para tantas outras religiões que também interferem nas políticas públicas. "Marx falou que a religião é o ópio do povo, e essa visão continua conosco, mas tem sido pouco produtiva. A persistência da pobreza e da desigualdade, enquanto existem atores políticos fazendo o uso político da religião, só deixam esse cenário mais grave. Em que momento vivemos essa separação do Estado e da religião? O laicismo foi posto na ponta da baioneta de Napoleão Bonaparte; hoje, na França, as mulheres muculmanas não podem usar véu", exemplificou.

### **DOIS TIPOS DE LAICIDADE**

Roger Raupp, juiz de direito do Tribunal Regional Federal do Rio Grande do Sul, apresentou dois tipos de laicidade: a neutra, praticada na França, que mantém o distanciamento da religião em qualquer decisão de fragmentação de bens públicos, como saúde e educação, e a pluriconfessional, oriunda dos Estados Unidos e mais próxima do que é praticado no Brasil hoje, que traz o respeito à diversidade religiosa e brechas para que elas influenciem em doutrinas do Estado. No entanto, ele explicou que essa influência deve respeitar princípios básicos, como a liberdade religiosa e a igualdade dentro da esfera pública. Então, o argumento da fé em uma religião não pode ser determinante.

Diferentemente da nossa realidade atual, Raupp listou uma séria de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) em que o argumento se baseava em aspectos religiosos para a decisão final, entre eles a decisão da união de pessoas do mesmo sexo, a pesquisa com células tronco, o aborto por conta da anencefalia e o direito à mudança



de sexo no Sistema Único de Saúde. "Por serem argumentos de fé, não são passíveis de debate. Isso não significa o afastamento da religião do debate público, mas sim que todos têm que estar no debate, com argumentos que sirvam para o coletivo", explicou, apontando ainda um risco maior: "O problema é quando essas pessoas utilizam a Igreja e o poder adquirido para agir de má-fé, como vem acontecendo recentemente".

### **DEPUTADO TRAVA BATALHA**

O deputado federal (PSOL-RJ) Jean Wyllys contou que seu enfrentamento dentro da Câmara dos Deputados tem sido uma batalha árdua. Ele já apresentou três projetos que não foram adiante por conta de argumentos religiosos: o PL 4.211/12 – projeto Gabriela Leite –, que regulamenta a profissão de prostituta; o PL 5.002/13 – Lei João Nery -, que estabelece o reconhecimento da identidade de gênero, permitindo a retificação de documentos de identificação; e o PL 5.120/13, que reconhece o casamento civil e a união estável entre pessoas do mesmo sexo, que, segundo ele, está regulamentado, mas não legalizado.

Para o deputado federal, embora o Brasil seja um país pluriconfessional,

as outras religiões não estão representadas ou não representam tanto poder como as cristãs. De acordo com ele, a bancada evangélica já soma 70 deputados e tem prevalência dos partidos PR e PSC, ligados às igrejas Universal e Assembleia de Deus, respectivamente. "Existem projetos que tentam ainda acabar com outras religiões, como o apresentado por Marcelo Crivella (PRB-RJ), que trata de peixes ornamentais, mas em um dos artigos fala sobre o sacrifício de animais, atingindo as religiões africanas que têm isso como prática. A moral de uma religião não pode ser imposta a uma sociedade tão diversa", refletiu Jean Wyllis.

Para o deputado, a separação entre Estado e religião é mais complexa, mas ele conclui que o problema vai ainda para o campo moral, político e cultural. "A nossa própria noção de direitos humanos tem como fundamento o cristianismo. Estamos impregnados de influência religiosa em nossas datas comemorativas, nomes de ruas, nomes de filhos", pontuou. E também indagou: "O que significou o pré-candidato Lindbergh Farias (PT-RJ) com o pastor Silas Malafaia? Isso mostra o grau de influência econômica e política que essa bancada tem. Que figue claro que eu não sou contrário aos cristãos, como muitos tentaram manipular minha imagem recentemente. Eu sou contra aqueles que são contra e atacam as minorias. E o mais interessante é que essas mesmas pessoas, que tanto se incomodam com as minorias, não falam dos judeus, mas das religiões de matrizes africanas. Isso, para mim, é preconceito. E os preconceitos estão arraigados em todos nós, mesmo naqueles que não têm religião", concluiu.

**VIVIANE TAVARES** é da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

14 | Middalia & Mich Ambiento www.camaradocultura.org (Idalalia & Mich Ambiento) | 15



## NINGUÉM AGUENTA MAIS TANTOS CARROS!

Por um lado, eles garantem a liberdade de ir e vir. Mas, por outro, levam a forte estresse – do homem e do meio ambiente. É por isso que a civilização do automóvel começa a dar sinais de esgotamento. E, para lutar contra a nefasta cultura do chamado "carrocentrismo", as cidades precisam investir mais na ampliação dos transportes coletivos.

**POR Cesar Sanson** 

uito se falou e se comentou do caráter fragmentário e da ausência de bandeiras claras nas grandes manifestações de junho de 2013. Uma delas, entretanto, funcionou como um forte elemento agregador: a mobilidade urbana – ninguém aguenta mais a dificuldade de ir e vir nas grandes cidades, particularmente aqueles que dependem do transporte coletivo.

O estopim das manifestações que explodiram em todo o país teve sua origem na violenta repressão contra a manifestação convocada pelo Movimento do Passe Livre (MPL), no dia 13 de junho, na cidade de São Paulo. A manifestação do MPL tinha uma reivindicação clara, concreta e objetiva: revogar o aumento da tarifa do transporte coletivo na capital paulista.

A consigna do MPL, "Por uma vida sem catracas" – que anunciava a reivindicação da bandeira "Tarifa Zero" –, se transformou ao longo das manifestações em "Muito mais do que 20 centavos". Representava a luta pelo transporte acessível a todos e esse direito universal derivou para inúmeras outras bandeiras.

O tema da mobilidade, porém, ganhou centralidade e visibilidade jamais alcançadas. A ponto de, nos cinco pactos propostos pela presidente Dilma Rousseff para aplacar o furor das ruas, encontrava-se em destaque o anúncio do "investimento de R\$ 50 bilhões em mobilidade urbana para transportes, com metrô e ônibus".

Nos dias subsequentes às grandes manifestações e como um efeito dominó, dezenas de cidades anunciaram a redução nas tarifas e mais investimentos no transporte coletivo. Muitas CPIs foram abertas nas Câmaras Municipais de diversas cidades com a promessa de devassa na 'caixa preta' das planilhas que definem o valor da tarifa.

O maior ganho, entretanto, foi o fato incontestável de que a mobilidade urbana entrou em cheio na agenda de debate do país deverá ganhar destaque nas eleições de 2014. E mais: há um cansaço com o discurso demagógico dos políticos sobre o tema da mobilidade, exigindo menos retórica e mais iniciativas concretas.

É sintomático que as mega-arenas para a Copa do Mundo tenham sido um dos alvos da ira popular nas manifestações, como simbologia do dinheiro público gasto de forma desmedida sem a efetiva contrapartida em obras de mobilidade. O legado da Copa – a promessa de uma cidade melhor –, que ameaçava se esfumaçar, pode retornar pela pressão das ruas.

A grande novidade das jornadas de junho de 2013 é o anúncio de que outra cidade é possível. Um local que privilegie a mobilidade coletiva em detrimento da mobilidade individual. "Uma cidade moderna", destaca Uirá Felipe Lourenço, presidente da ONG Rodas da Paz, em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos (IHU), é aquela que "investe em transporte coletivo, transporte não motorizado, corredores exclusivos de ônibus, integração, moderação de tráfego, ciclovias, ciclofaixas e calçadas contínuas e de boa qualidade".

O grande desafio é superar a cultura

"carrocentrista", que tem deixado um rastro desolador: poluição, congestionamentos, acidentes de trânsito, mortes, perda de produtividade, tensão, estresse, barulho, desigualdade no uso do espaço urbano e isolamento social. É o carro apartando uns dos outros. A superação da cultura carrocentrista exige nova mentalidade e políticas públicas ousadas.

### **MANIFESTO JÁ EM 1973**

Há exatos 40 anos, em um ensaio considerado visionário, André Gorz publicou um texto intitulado "Le Sauvage" (O Selvagem). Datado de 1973, é considerado pelos ambientalistas como o "Manifesto contra o carro", por antecipar a tragédia da civilização do automóvel. No texto, Gorz afirma que "o carro fez a cidade grande inabitável, a fez fedorenta, barulhenta, sufocante, empoeirada, congestionada".

O carro instaurou uma lógica e um estilo de vida que conduzem à liberdade, mas, no lugar de ir e vir, se tornou uma espécie de cárcere privado. Paradoxalmente, garante agilidade, mas proporciona a lentidão dos tempos pré-industriais. Promete ganhar tempo, mas, no fundo, faz perder tempo.

Os automóveis entopem os estacionamentos das universidades privadas e públicas, dos aeroportos, dos shoppings, dos supermercados. Estacionar já se tornou um drama. Ter uma vaga cativa – e gratuita – é um privilégio que se assemelha ao da casa própria. Nos grandes centros, já é mais caro estacionar do que almoçar.

O estresse no trânsito é alto; os engarrafamentos, enormes; a irritação, grande. Ainda assim, ninguém quer abrir mão do carro. E tem mais: quanto mais potente, belo e equipado, melhor. Uma das novidades é o GPS a bordo. Todos querem.

16 | Citatamia Nicio Ambiente www.camaradocultura.org (Cidadania Nicio Ambiente) | 17



Agora, destaca um post no Twitter de Ricardo Abramovay, as montadoras estão experimentando uma nova fórmula, em um esforco de gerar novas fontes de vendas com os veículos utilitários esportivos (SUVs): "Os assentos estão em uma posição mais elevada, de comando, que faz você se sentir superior", diz J. Mays, vice--presidente do grupo de design da Ford Motor Company, empresa que liderou o *boom* dos SUVs nos Estados Unidos, na década de 1990, com seus modelos relativamente grandes. A ideia subliminar é que dirigir um SUV oferece a sensação de prazer e poder que um popular não oferece.

O sociólogo Richard Sennett, em seu livro A Nova Cultura do Capitalismo, afirma que as pessoas se movem pela "paixão consumptiva" que assume as formas de "envolvimento em imagística e incitação pela potência". Ou seja, as pessoas, quando consomem, não compram apenas produtos, mas prazer e poder.

O carro exerce esse fascínio. Segundo Guillermo Giucci, em entrevista à IHU On-line, "o objeto automóvel ultrapassou o valor de uso" e se transformou "em uma extensão protética do ser". O psicanalista Jorge Forbes, na mesma perspectiva, afirma que o carro se torna uma "prótese que possibilita à pessoa estender o corpo biológico às dimensões do seu desejo". "O carro é mais ou menos como a roupa. É a forma como o dono se apresenta para a sociedade. Está presente no dia a dia e revela um pouco da personalidade do proprietário", analisa Carlos Campos, consultor de montadoras.

O automóvel encontra-se entre os principais ícones do capitalismo, oferecendo ao usuário um valor distintivo. Ao volante de um deles, muitos se transformam, elevam a autoestima, se sentem mais poderosos e livres. O "novo capitalismo", segundo Sennett, vende a ideia de que, dependendo do carro, o mundo – visto pela janela – passa a ser diferente.

O desejo de consumo associa-se, portanto, a produtos que imagisticamente vendem essa sensação, mesmo que os diferentes modelos sob a perspectiva da estrutura – o chassi - sejam semelhantes. Segundo Sennett, na fabricação de automóveis, o DNA do carro é o mesmo, mas pequenas mudanças justificam preços diferenciados: "Uma diferença de 10% no conteúdo é transformada em uma diferença de 100% no preço". A 'magia' do capitalismo é fazer com que um produto básico vendido em todo o planeta se pareça único, obscurecendo a homogeneidade. As pessoas pagam mais para acessarem essa 'experiência' e sensação.

O culto ao carro, portanto, é resultante dessa paixão consumptiva. O automóvel funciona como "cartão de visita" – diz Guillermo Giucci –, "seja para eventos sociais, seja para negócios, seja para paqueras, especialmente em sociedades periféricas. O carro também preservou a sua função de proporcionar ao proprietário uma elevada autoestima. O automóvel exacerbou o individualismo", destaca.

A análise da Conjuntura da Semana é uma (re)leitura das Notícias do Dia publicadas diariamente no site do Instituto Humanitas Unisinos (IHU), da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo-RS. A análise é elaborada em fina sintonia com o IHU, pelos colegas do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (Cepat), parceiro estratégico do IHU, com sede em Curitiba-PR, e por Cesar Sanson, professor na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), parceiro do IHU na elaboração das Notícias do Dia. O IHU On-line é publicado pelo IHU.



16 anos atuando no mercado imobiliário na Cidade Maravilhosa.









### ADMINISTRAÇÃO, LOCAÇÃO E VENDA DE IMÓVEIS DE ALTO PADRÃO EM TODO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Suporte na locação para executivos e expatriados.

Dispomos de um departamento jurídico especializado em Direito Imobiliário.





55 21 3178.3950 55 21 2221.6098 55 21 9908.4494 www.cacimoveisrj.com.br





# A retomada do PODER DA TERRA

Os trabalhadores rurais sofrem demais com as ações do capitalismo. Do muito que produzem, pouco recebem. A maior parte dos lucros fica nas grandes cidades. Veja aqui diversas ações que deveriam ser realizadas para que os pequenos produtores do campo passem a ser valorizados.

á várias gerações que o capitalismo persegue o campo, sua produção, seu modo de vida, sua transformação em um dos seus elementos motores. E, para isso, corre para conseguir abolir (praticamente já o fez) o modelo ancestral de cultura camponesa que, durante séculos, desfrutamos. Para isso, em primeiro lugar, fomenta-se a produção dos modos de vida consumistas das grandes cidades, ao mesmo tempo que se generaliza a 'má imagem' (entenda-se como um conceito de 'atraso social') das pessoas e dos modos de vida camponeses.

Enquanto tenta-se acabar com a cultura camponesa tradicional, com seus costumes, seus valores, etc., eliminando as possibilidades reais de produção e de autoconsumo do cam-

po, as cidades vão se convertendo em grandes monstros da civilização. Centralizam-se nelas não apenas os aspectos culturais, de ócio, de entretenimento, de mercados de trabalho, de ocupações, de estudos e de formação, mas também os modos de produção e de consumo capitalista, que obedecem, como sabemos, aos modos de produção e de consumo da produção extrativista e exploradora. O campo vai ficando vazio, fecham-se as oportunidades locais de desenvolvimento, ao mesmo tempo que se fomentam políticas de redistribuição dos produtos locais que passam por diversas cadeias de intermediários até chegarem aos seus consumidores finais nas gran-

Enquanto tudo isso ocorre, o mundo do campesinato vai tentando

manter-se com o pouco que pode obter dos lucros com a venda de seus produtos, já que os agricultores e criadores de gado recebem cada vez menos. Por outro lado, procura-se subsidiá-los para fomentar políticas assistenciais, determinando com isso a falta de oportunidades para as novas gerações. Ao cabo do tempo, projetamos um sistema que empobrece o campo e o camponês e que enriquece as grandes empresas, normalmente transnacionais, que vão comercializando em grande escala a produção local de cada comarca. Devemos mudar esse malvado sistema, para podermos voltar às origens, porque com isso não apenas teremos vencido outra grande batalha do capitalismo globalizado, mas devolvido a dignidade, as esperanças e o futuro ao camponês, e teremos fomentado a produção e o consumo locais.

### **CAMPONÊS MARGINALIZADO**

Enquanto todo este sistema vai se desenvolvendo, sem prestar contas, vai se criando uma subcultura de marginalização no campesinato, ligada à sua paulatina despovoação, à falta de oportunidades de trabalho e ao fomento de condições de vida nos povoados e no campo totalmente indignas. Ao passo que os grandes latifundiários exploram suas enormes extensões de terra, os pequenos agricultores e criadores de gado não possuem os meios de exploração de seus recursos, com exceção da venda direta a distribuidores intermediários da grande cadeia capitalista.

Outro fator cultural que ajuda nessa tendência é a difusão da ideia de proteção em grande superfície comercial, em detrimento dos pequenos comércios locais, que podem ser abastecidos diretamente pelos produtos e produções locais. Como se vê, trata-se de uma rede de práticas que vão confluindo não apenas para enfraquecer os modos de vida tradicionais, com a consequente perda de seus valores culturais, mas também para o progressivo empobrecimento dos grupos que pretendem continuar com esses modos de vida.

### É PRECISO REVERTER ISSO

Mas como conseguiremos reverter essa estrutura? Como poderemos construir novamente um sistema de produção local cada vez mais coeso, que cultive a agricultura de proximidade e revolucione os modos de produção e consumo mediante padrões capitalistas? Precisamente, abolindo seus valores. Em grande escala, esse sistema pode fazer muito, sobretudo inculcando novos valores de redistribuição da riqueza, acabando com os monopólios agroindustriais, com o poder dos grandes latifundiários e promovendo outros modos de produção e consumo mais ligados ao consumo responsável, à produção local e ao autoabastecimento de matérias--primas locais.

Mas não devemos parar por aí. As políticas públicas podem ajudar muito na recuperação do valor da cultura do campesinato e na diminuição da influência dos valores predominantes da vida nas grandes cidades. A promoção de mercados próximos, as ajudas à produção local, a publicidade próxima, as pequenas corporações locais, os auxílios à agroindústria, a potencialização dos valores de um consumo responsável, a recuperação de uma cultura do autoconsumo e a anulação dos valores capitalistas sobre os lucros e o benefício são parte de todo o sistema. Deve-se acabar com a concentração da terra em pouquíssimas mãos. Com isso, surgirão as condições concretas de sobrevivência

nos ambientes rurais, que ajudarão a repovoar os núcleos que foram se esvaziando. E mais: criar ajudas e condições de apoio e fomento aos cultivos locais, favorecer a agricultura camponesa, substituir os agroquímicos por adubos orgânicos, apoiar o conceito de semente como patrimônio do campesinato, em vez de considerá-la objeto de mercadoria ou patentes de compra e venda comerciais.

Criar políticas de crédito e microcrédito para diferentes tipos de produção local, sob a perspectiva produtiva, definindo uma política de crédito que seja adequada, em cada zona, à lógica da produção agropecuária. Não incentivar as políticas dedicadas exclusivamente à exploração, incentivando por sua vez, mediante campanhas, as práticas de produção e consumo locais. Fomentar os mercados e mercadinhos com mercadorias de produção local. Melhorar também a construção e as condições das infraestruturas locais. Dessa forma, vai se recuperando pouco a pouco o nível de vida do campesinato, a população das zonas rurais e o controle e a soberania alimentar sobre seus produtos.

Reforçar a atividade educativa, apoiar os professores locais, dotar as escolas rurais com mais meios humanos e tecnológicos, voltadas à manutenção de modos de vida para as futuras gerações. Em última instância, devolver às pessoas o poder da terra que, somado ao poder do conhecimento, forma um biopoder altamente transformador, que se converterá em outra pedra no sapato do grande sistema capitalista globalizado, contribuindo para um mundo mais sustentável, mais justo e mais humano.

A reportagem de **RAFAEL SILVA** foi publicada no site Rebelión (tradução de André Langer) e no IHU On-line

22 | Giddinia Mein Individual www.camaradocultura.org Giddinia Mein Ambient | 23



## O mecanismo das GORDURAS

Seu consumo inadequado pode causar problemas cardiovasculares e outras doenças. Veja aqui evidências científicas a respeito desse assunto e as recomendações de ingestão sugeridas pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação e pela Organização Mundial da Saúde.

POR Fabio Cardoso de Carvalho

ordura é um macronutriente nenvolvido no fornecimento de energia para o organismo, na absorção de vitaminas lipossolúveis e carotenoides, além de outras funções biológicas. A maior parte dos lipídios dietéticos (98%) está disponível como triacilglicerol – componente formado por uma molécula de glicerol esterificado com três moléculas de ácidos graxos. O restante é encontrado na forma de fosfolipídeos e esteróis circulantes (1).

A ingestão adequada de gorduras possui papel fundamental na manutenção de um estilo de vida saudável. Os lipídios passam a representar risco a partir do momento em que são ingeridos em excesso.

De acordo com o Institute of Medicine (IOM), devido à falta de evidências para determinar o nível de ingestão de gordura total (GT) em que ocorre o risco de inadequação ou prevenção de doenças crônicas, não foram estabelecidos valores para

a Recommended Dietary Allowance (RDA) e Adequate Intake (AI) (1). Entretanto, foi estimada uma faixa de distribuição aceitável para gordura total (Macronutrient Distribution Range), que varia entre 15% e 30% do valor energético total (VET) (2).

Quando o consumo de gorduras excede o limite máximo de 30%, ocorre o aumento no risco cardiovascular, pela elevação dos níveis de LDL-c plasmático, triglicérides e da própria glicemia, que são os principais responsáveis pela formação da placa de ateroma.

### **ÁCIDOS GRAXOS AS CLASSIFICAM**

A classificação das gorduras é decorrente de sua composição de ácidos graxos. A molécula de ácido graxo é formada por uma cadeia hidrofóbica de hidrocarbonetos com um grupo carboxila (-COOH) terminal. Seu agrupamento é definido pelo comprimento da cadeia de carbono, pelo grau de insaturação (quantidade de duplas ligações da cadeia) e pela configuração das duplas ligações (1).

A Organização das Nações Uni-

das para Agricultura e Alimentação (FAO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhecem a conveniência em agrupar os ácidos graxos de acordo com sua estrutura química (saturados, monoinsaturados, poli--insaturados e trans), mas ressaltam o crescente número de evidências que demonstram que diferentes ácidos graxos dentro de uma mesma classificação podem apresentar propriedades biológicas distintas (3).

Assim, os ácidos graxos saturados (SFA) podem ser divididos em dois grupos: cadeia média (entre 8 e 12 átomos de carbono na cadeia) e cadeia longa (acima de 14 átomos de carbono). Porém, individualmente, os SFA exercem efeitos distintos sobre as frações plasmáticas de colesterol. Os ácidos láurico (C:12), mistírico (C:14) e palmítico (C:16), por exemplo, aumentam os níveis de LDL-c, especialmente o C:14. Por outro lado, o ácido esteárico (C18:0) possui efeito neutro sobre a mesma fração. Estudos sugerem, ainda, que uma dieta rica em ácido graxo esteárico pode melhorar o perfil dos fatores de risco trombogênicos e aterogênicos. A recomendação da FAO/ OMS é que a ingestão diária de SFA não ultrapasse 10% do VET (1, 3, 4).

Durante as últimas décadas, as recomendações médicas e nutricionais promoveram a mensagem de diminuição do consumo de ácidos graxos saturados. Discussões atuais questionam essas orientações, pois com a redução da ingestão de gordura saturada houve um aumento do consumo de alimentos ricos em carboidratos refinados. Evidências recentes mostram que a substituição de gordura saturada por carboidratos simples pode ter grande impacto no aumento do risco de doença cardiovascular e diabetes (4, 5, 6).

de 'w' (w -3, w-6, w-9) (4). Pela presenca de ligações duplas, os ácidos insaturados são suscetíveis à modificação oxidativa. Estudos demonstram que dietas contendo MUFA em substituição ao PUFA tornam a LDL menos suscetível à oxidação, o que pode resultar, em teoria, na inibição do processo aterogênico (4).





A faixa de distribuição aceitável para ingestão total de PUFAs (*w* -3 e *w*-6) pode variar entre 6% e 11% do VET. Os níveis mínimos de ingestão de ácidos graxos essenciais, visando à prevenção de deficiências, são estimados com grau convincente em 2,5% do VET para ácido linoleico e 0,5% do VET para ácido alfa-linonênico (**3**).

A determinação da porcentagem de ingestão de MUFAs é calculada por diferença, utilizando a fórmula: **MUFA** = **GT** – **SFA** – **PUFA** – **TFA**. Os valores são expressos em porcentagem do VET e TFA é a sigla para ácidos graxos trans (3).

Os TFA são isômeros geométricos dos ácidos graxos insaturados, produzidos naturalmente a partir da fermentação de bactérias em ruminantes ou por meio da hidrogenação parcial de óleos vegetais. Tal processo se aplica aos óleos vegetais líquidos à temperatura ambiente, com o objetivo de conferir consistência mais sólida e aplicabilidade industrial, principalmente para a produção de biscoitos, frituras, sorvetes e produtos de panificação.

Em razão dos efeitos nocivos de TFA sobre a saúde, ocorreram diversos movimentos de sociedades responsáveis pela elaboração de diretrizes nutricionais e de agências reguladoras de saúde para recomendar a redução da ingestão desses ácidos graxos pela população mundial (4).

Os TFA relacionam-se fortemente com o aumento do risco cardiovascular, especialmente por aumentarem as concentrações plasmáticas de colesterol e de LDL-c e por reduzirem as concentrações de HDL-c. Além disso, os TFA influenciam a concentração plasmática de triglicérides, conferindo um perfil pró-aterogênico. As recomendações atuais para TFA sugerem ingestão inferior a 1% do VET pela população (3).

### **GORDURA DE PALMA É MELHOR**

Nesse cenário, a gordura de palma surge como alternativa para as indústrias de alimentos, tanto por atender a questões de aplicabilidade técnica como pelo perfil nutricional. A gordura de palma é livre de TFA (já que não sofre processo de hidrogenação), possui 50% de conteúdo de ácidos graxos insaturados, apresenta ausência de ácido láurico na porção saturada e contribui com conteúdo significativo de vitamina E na forma de tocotrienóis (7).

As diretrizes de saúde são unânimes ao enfatizar que, além de se sugerir recomendações diárias sobre ingestão de gorduras e ácidos graxos, o estabelecimento de guias alimentares é essencial para a promoção da saúde e prevenção de doenças crônicas entre as populações. Assim, a ingestão adequada de energia, o equilíbrio total de nutrientes e a prática regular de atividade física são fatores críticos que devem ser constantemente promovidos.

DR. FABIO CARDOSO DE CARVALHO é cardiologista intervencionista do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu (Unesp). Possui título de especialista em cardiologia pela Sociedade Brasileira de Cardiologia e Associação Médica Brasileira e título de especialista em hemodinâmica e cardiologia intervencionista, conferido pela Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista e Associação Médica Brasileira. Colaboração de Adriana Gemignani.

### REFERÊNCIAS

(1) INSTITUTE OF MEDICINE. Food and Nutrition Board. Dietary Reference Intakes for Energy, Carbohydrate, Fiber, Fat, Fatty Acids, Cholesterol, Protein, and Amino Acids. Washington. *The National Academies Press*, 2005.

(2) PHILIPPI, S. T. Pirâmide dos Alimentos: fundamentos básicos da nutrição. São Paulo: Manole, 2008.

(3) WORLD HEALTH ORGANIZATION. Joint FAO/WHO Expert Consultation on Fats and Fatty Acids in Human Nutrition. Geneva, 2008.

(4) SANTOS, R. D. et al. Sociedade Brasileira de Cardiologia. I Diretriz sobre o consumo de Gorduras e Saúde Cardiovascular. Arquivo Brasileiro de Cardiologia, 100(1Supl.3):1-40, 2013.

**(5)** ZELMAN, K. The great fat debate: a closer look at the controversy-questioning the validity of age-old dietary guidance. *Journal of American Dietetic Association*, 111(5): 655-658, 2011.

**(6)** JAKOBSEN, M. U. *et al.* Major types of dietary fat and risk of coronary heart disease: a pooled analysis of 11 cohort studies. *American Journal of Clinical Nutrition*, 89(5):1425-32, 2009.

(7) EDEM, D. O. Palm oil: Biochemical, physiological, nutritional, hematological, and toxicological aspects: A review. *Plant Foods for Human Nutrition*, 57: 319–341, 2002.

# Nossos estudantes trouxeram muito mais conteúdo na bagagem.



### Programa Brasília Sem Fronteiras. É o GDF fazendo mais pela educação dos nossos jovens.

Lançado pelo GDF, o Programa Brasília Sem Fronteiras levou 126 estudantes, recém-formados, e 64 servidores públicos do DF, de 16 a 32 anos, para Europa e Estados Unidos, fornecendo bolsas de estudo com passagem, hospedagem e bolsa-auxílio para despesas pessoais. Lá eles realizaram cursos intensivos que vão acrescentar muito em seus currículos e trouxeram uma experiência única que vai ficar para sempre em suas vidas. **Melhorar a sua vida é o nosso trabalho.** 

Saiba mais em: www.internacional.df.gov.br

facebook/internacionalgdf



Fundação de Apoio à Pesquisa Secretaria de Educação Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação Assessoria Internacional





ão podemos ficar pior." Quantas vezes ouvimos essa frase? Pensamos que mais pobreza, mais precariedade, mais desemprego, mais despejos, mais fome são impossíveis. A realidade, no entanto, contradiz essa percepção. Nos últimos anos, os números, e os rostos, da miséria só têm aumentado na Espanha. Hoje, o número de pessoas que vive em situação de pobreza extrema situa-se já em três milhões. O rendimento familiar caiu para níveis do ano 2001. A explicação é tão simples como dura: os rendimentos diminuíram cerca de 4%, enquanto os preços aumentaram cerca de 10%, como indicam os dados do estudo "Desigualdade e Direitos Sociais. Análise e Perspectivas 2013", elaborado pela Fundação Foessa.

Os mais afetados são os pobres entre os pobres, os que menos têm. Ontem, uma pessoa sem recursos, que vivia na rua, morreu de fome em Sevilha. Primeiro é o desemprego, depois as dificuldades para chegar ao fim do mês. A seguir, não poder pagar a luz, a água, a eletricidade, o aluguel da casa ou a hipoteca e, finalmente, a comida. A tendência indica que vamos

para pior. Calcula-se que, em 2025, o número de pobres na Espanha poderá aumentar em oito milhões, segundo o relatório "A armadilha da austeridade", da Intermón Oxfam. Não se trata só da crise, mas também das medidas que se aplicam para a saída da mesma. A austeridade, os cortes, a diminuição das ajudas e prestações sociais, a privatização dos serviços públicos... recaem, principalmente, nos setores mais vulneráveis.

Em consequência, as desigualdades sociais vão aumentando. A diferença entre os mais ricos e os mais pobres na Espanha situa-se já em cerca de 30%, no topo da desigualdade na Europa, à frente, inclusive, de países duramente atingidos pela crise, como a Grécia, e só superados por outros como Letônia, Bulgária e Portugal. A conclusão é clara: uns poucos aumentam os seus ganhos à custa do empobrecimento da maioria. A saída para a crise não é imparcial, nem ideologicamente neutra. Corresponde aos interesses das elites políticas e econômicas que esperam ganhar, e muito, com essa situação. A nossa miséria é, nem mais, nem menos, que o seu lucro.

### **PODEMOS PIORAR?**

Tristemente, sim. As políticas de saída para a crise que atualmente se aplicam na periferia da União Europeia são decalcadas e copiadas das que durante décadas foram levadas a cabo nos países do Sul. Chamavam-se, então, Programas de Ajustamento Estrutural. Hoje recebem o nome de "resgate". A lógica, porém, é a mesma e o resultado é por demais conhecido.

Mas quanta pobreza podemos suportar? Quanta miséria estamos dispostos a aceitar? Até onde permitiremos que continuem a nos fazer cortes? A sede de lucros do capital não tem limites. E o lucro apenas aumenta a sua avareza. Só nós, a maioria, somos os únicos capazes de lhe fazer frente. Quando nos dermos conta disso, e atuarmos em consequência, teremos ganhado a partida.

**ESTHER VIVAS**, colaboradora internacional do Portal EcoDebate, é ativista e pesquisadora em movimentos sociais e políticas agrícolas e alimentares, autora de vários livros, entre os quais "Planeta Indignado". Esther Vivas é licenciada em jornalismo e mestre em Sociologia. Mais informações em: http://esthervivas.com/portugues

# Muito além da questão ambiental SUSTENTABILIDADE

É preciso criar políticas focadas no desenvolvimento humano, mas, ao mesmo tempo, que preservem a qualidade de vida do planeta

POR **Gelma Reis** 

A ideia de planejamento de política ambiental surge do princípio de sustentabilidade, que compreendemos como o que fornece as bases sólidas para um estilo de desenvolvimento humano que preserve a qualidade de vida da espécie do planeta. A sustentabilidade política é uma forma de fazer política sem degradar os outros meios. Ou seja, é uma ideia de equilíbrio em todos os campos, seja ele social, econômico, político ou ambiental.

Para um empreendimento humano ser sustentável, deve ter em vista quatro requisitos básicos: ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito pela sociedade. A sustentabilidade abrange vários níveis de organização, desde a vizinhança local até o planeta inteiro.

Colocando em termos simples, sustentabilidade é prover o melhor para as pessoas e para o ambiente tanto agora como para um futuro indefinido. E, através de um desenvolvimento sustentável, identificar as dimensões e escalas definindo a amplitude de sua atuação.

### **ESCALA POLÍTICA E LOCAL**

Na dimensão política, a sustentabilidade é construída por meio de agentes sociais, que atuam no ambiente socioeconômico-cultural, recebendo do poder público possibilidades no controle de recursos para decisões po-

líticas. Já na escala local, o desenvolvimento encontra na forma participativa de gestão o instrumento de consenso necessário para a atuação desses agentes, tendo como objeto principal a dimensão política da sustentabilidade na escala local, especificamente na elaboração de políticas públicas com o objetivo de uma gestão mais partici-

É possível afirmar que 'não' existe sustentabilidade política, e o correto a dizer é política de sustentabilidade. Do contrário, a referência feita seria sobre políticos limpos, e não sobre a criação de regras e atitudes como medidas para a geração de políticas

pativa e popular.

ambientais. Nesse contexto, a ideia de responsabilidade social atrelada à sustentabilidade visa consolidar valores, práticas e comportamento social, com o objetivo de promover a cidadania e contribuir com um melhor meio ambiente.

A política ambiental brasileira não foi abordada, na prática, sob uma visão integrada às demais áreas com elas relacionadas, como por exemplo, saúde e saneamento. No país, a política ambiental teve desenvolvimento nos últimos anos como resultado da ação dos movimentos sociais locais e pressões vindas do exterior.

**GELMA REIS** é graduado em engenharia química pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e mestre em tecnologia ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, é proprietário e diretor técnico/comercial da empresa Ética Ambiental.



### NÃO HÁ DIREITOS HUMANOS SEM DIREITOS DA NATUREZA

Seria uma contradição achar que apenas os homens precisam ser protegidos.

É fundamental respeitar as ações que preservem os ecossistemas. Afinal, sem a biodiversidade, não haveria uma pessoa sequer vivendo sobre a Terra.

POR José Eustáquio Diniz Alves

dia 10 de dezembro é a data de aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Esse documento tem uma importância histórica incomensurável e se constitui em uma das páginas mais belas já escritas na trajetória humana sobre a Terra.

A Revolução Francesa pode ser considerada a 'mãe' que deu origem ao rebento mais significativo dessa história. De fato, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada pela Assembleia Nacional, no dia 26 de agosto de 1789, representou, em termos sociais, uma revolução copernicana. Segundo Norberto Bobbio, com a Revolução Francesa houve uma "inversão histórica", em que "passou-se da prioridade dos deveres do súdito à prioridade dos direitos dos cidadãos".

Desde as ideias iluministas do século XVIII, mas, especialmente, nos últimos 65 anos da Declaração Universal (1948-2013), houve um grande avanço dos direitos humanos no mundo, embora a situação das desigualdades sociais e políticas esteja longe de ser a mais justa e ideal. Porém, se existem muitas injustiças entre os seres humanos, elas são muito maiores em relação aos direitos dos ecossistemas e aos direitos das demais espécies vivas da Terra.

### **HOMEM NÃO PODE SER EGOÍSTA**

Como já escrevi em outro artigo, os direitos humanos não podem estar em contradição e em conflito com os direitos da Terra e os direitos da biodiversidade. Sem a biodiversidade, não existiria vida humana. A humanidade não tem como viver em uma terra arrasada. Portanto, não é justo, nem viável o ser humano pensar em termos egoísticos e ignorar que a vida na Terra é uma aventura coletiva que envolve a diversidade da flora, da fauna e a geologia do planeta. É preciso ter uma atitude ética em relação aos demais seres vivos.

É como afirma a Carta da Terra:

"A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, é viva como uma comunidade de vida incomparável. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade de vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupada Terra é um dever sagrado".

Portanto, a dignidade e os direitos não são exclusividades dos seres humanos. É preciso romper com a ideologia antropocêntrica que considera os humanos como donos da Terra e do Sistema Solar. Como mostrou o escritor Leonardo Boff:

"A Terra é um superorganismo vivo, Gaia, que se autorregula para ser sempre apta para manter a vida no planeta. A própria biosfera é um produto biológico, pois se origina da sinergia dos organismos vivos com todos os demais elementos da Terra e do cosmos. Criaram o habitat adequado para a vida, a biosfera. Portanto, não há apenas vida sobre a Terra. A Terra mesma é viva e, como tal, possui um valor intrínseco e deve ser respeitada e cuidada como todo ser vivo. Este é um dos títulos de

demais seres".

### **RESPEITO À TERRA**

Respeitar os direitos intrínsecos das demais espécies significa colocar limites à presença humana na Terra. A ideia de limitar os direitos humanos pode parecer esdrúxula, mas deve ser pensada em termos de direitos mais amplos, direitos que envolvem a vida do planeta e os direitos das demais espécies vivas da Terra. Assim, seria preciso aumentar os direitos entre os humanos e reduzir os direitos humanos em relação ao predomínio que essa espécie possui sobre o ambiente e as demais espécies.

Os direitos humanos só serão efetivos quando se respeitar os direitos da nossa casa (direitos da Terra) e dos nossos vizinhos (direitos da biodiversi-

conhecer os danos que têm provocado à vida terrestre e reconhecer a natureza como sujeito de direito. A vida selvagem não pode ser eliminada pela civilização e a degradação dos territórios precisa ser revertida pela reselvageriação da vida animal e a expansão das áreas florestais.

Portanto, é necessário garantir os direitos humanos entre os humanos, no entanto, mas, por questão ética e moral, essa espécie que domina o planeta não deve desrespeitar os direitos da Terra e da rica vida da biosfera. 🕪

JOSÉ EUSTÁQUIO DINIZ ALVES é colunista do Portal EcoDebate. Doutor em demografia e professor titular do mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence/IBGE). Contato: jed alves@ yahoo.com.br



30 | Cidadania & Meio Ambiente ... Cidadania & Meio Amhiente | 3 1

### AMAZÔNIA ERROS E ACERTOS NA MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

Como anda o desenvolvimento produtivo dos pequenos agricultores familiares nessa região do Brasil? Será que estão tendo acesso eficiente a máquinas que os ajudam em suas colheitas? Conheça aqui algumas histórias de sucessos e insucessos nessa área.

**POR Raimundo Nonato Brabo Alves** 

propósito da mecanização agrícola e da agricultura familiar na Amazônia, há uma tendência – mesmo dos agricultores assentados – de se imitar a agropecuária de grande escala, tanto na pecuarização quanto na mecanização. Ambas as tendências acabam resultando na insustentabilidade dos sistemas de exploração.

Existe um verdadeiro mito de que só com motomecanização a agricultura familiar na Amazônia pode se emancipar. Mas me proponho a discutir, neste artigo, duas situações da realidade na região que passarei a descrever: a mecanização com dependência e a mecanização com autonomia

MECANIZAÇÃO COM DEPENDÊNCIA

A primeira experiência presenciada de mecanização com dependência foi no período de 1980 a 1990. Com a implantação dos programas de desenvolvimento dessas décadas, como o Polo Amazônia, e com a abundância de recursos financeiros em quase todos os estados da região, foram criadas 'companhias de desenvolvimento' cujo objetivo principal era prestar serviços de mecanização subsidiada com prioridade para os pequenos agricultores familiares.

No Amapá, teve a Codeasa e nos demais estados, as Codeagros, algumas sendo desativadas ou replaneiadas

em seus objetivos. Havia recursos para aquisição de máquinas e implementos, mas faltavam peças de reposição para a manutenção e aquisição. A Codeasa foi desativada no final da década de 1990. De 1991 a 1994, coordenei um programa de produção de sementes para o estado, cujos implementos da patrulha mecanizada foram todos reaproveitados das 'sucatas' da Codeasa, incluindo uma unidade de beneficiamento de sementes (UBS) que nunca havia funcionado.

Um exemplo que me marcou do desperdício de recursos públicos foi a recuperação de uma trilhadeira que estava abandona e exposta às intempé-

ries da chuva. Para operá-la, foi necessário apenas a compra de uma correia, que custou, à época, R\$ 80. O fato é que os agricultores familiares foram os que menos se beneficiaram com os investimentos feitos nessas companhias.

### PATRULHAS MECANIZADAS

A experiência mais recentemente vivenciada veio a partir da virada do século, mas ainda é prática atualmente em quase toda a Amazônia. Conselhos municipais pressionaram prefeituras que, por sua vez, pressionaram governos estaduais a investir em patrulhas mecanizadas para apoiar a agricultura familiar. Investimentos pesados em máquinas e implementos não adequados à escala ou ao tamanho das lavouras da pequena agricultura foram feitos por governos estaduais e chegaram às prefeituras municipais.

No sudeste paraense, presenciei um fato inusitado. Como as prefeituras anualmente organizavam um cronogra-

ma de preparo de áreas mecanizadas aos agricultores familiares, consegui convencer um prefeito daquela região que o programa poderia ser fortalecido com o financiamento de patrulhas de mecanização à tração animal. Assim, com a autonomia dos agricultores capacitados na tração animal, o efeito multiplicador da patrulha municipal seria maior com o apoio a novos agricultores a cada ano.

O prefeito comprou um *kit* de tração animal e lançaria o programa em um dia de campo, com a presença do governador da época. Na véspera do evento, em uma reunião de planejamento, o então secretário de estado de agricultura recomendou ao prefeito que desistisse da ideia porque a política do governador era pela motomecanização. Seis meses depois, a prefeitura em que atuávamos em parceria recebeu sua patrulha mecanizada, cujo exemplo de inadequação incluía uma plantadora de plantio direto de seis linhas, para semear lavouras com tamanho médio de um hectare.



Outro exemplo negativo de dependência é o despreparo de operadores das prefeituras que não conhecem o básico de uma mecanização agrícola, como a velocidade adequada do trator para cada operação ou a umidade ideal do solo para iniciar uma gradagem. Re-





sultado: áreas mal preparadas, sujeitas à erosão do solo. No Baixo Tocantins. no estado do Pará, presenciei um absurdo: um agricultor principiante no preparo de área e plantio de 80 hectares para mandioca, em pleno período de estiagem, com a umidade do solo totalmente imprópria para um preparo sem pulverização, inadeguado para a aplicação de herbicida e para a germinação da cultura. Recomendei a paralisação imediata das operações. O produtor respondeu dizendo que, se perdesse naquele momento a oportunidade de usar o trator da prefeitura, não mais teria como plantar sua lavoura. Dessa forma, seu prejuízo seria de mais de R\$ 120 mil.

Outro erro rotineiro dessas patrulhas é a utilização indiscriminada de grade aradora, formando o 'pé de grade' e promovendo encharcamento do solo

na época das chuvas, prejudicando lavouras – principalmente de mandioca -, com ocorrência da podridão radicular. Em outra prefeitura do Baixo Tocantins, a patrulha estava há meses ao relento, pela falta de um galpão para estacionar. Não havia seguer tratoristas para operá-la. Ressalta-se que uma minoria dos agricultores é atendida por essas limitadas ações de mecanização agrícola. Na maioria desses municípios, a aplicação resultante dessas patrulhas é, segundo depoimento dos próprios agricultores familiares, a coleta de lixo domiciliar na sede do município.

Algumas dessas patrulhas motomecanizadas hoje são repassadas diretamente aos agricultores em associações. Em outro município do Baixo Tocantins, presenciei um racha na associação quando seu presidente recebeu a patrulha mecanizada. Essa patrulha quase

não atendeu aos agricultores porque o trator de rodas quebrou o eixo em poucos dias, em uma tentativa tresloucada de destocar um tronco de castanheira por ação de um operador despreparado. A patrulha não operou, pois a associação não dispunha de R\$ 4 mil para repor o eixo quebrado. Com raríssimas exceções, essas patrulhas são abandonadas por falta de recursos dos agricultores para manutenção e compra de peças de reposição.

### **MECANIZAÇÃO COM AUTONOMIA**

Porém, inúmeros exemplos de mecanização agrícola com autonomia podem ser relatados na Amazônia. Mesmo porque os agricultores, em parte, não deixam de ter razão quando pressionam a demanda por mecanização, considerando a escassez crescente de terra e mão de obra na região. Um bom exemplo é dos mandiocultores do nordeste paraense, que estão financiando tratores e implementos adequados à escala de suas lavouras de, em média, 25 hectares. Além de suas operações, eles terceirizam serviços para os mandiocultores vizinhos.

Outro exemplo de mecanização com autonomia é relatado pelos horticultores que financiam microtratores adequados à escala de suas atividades. Já os agricultores do município de Tracuateua não abrem mão da tração animal associada à fertilização do solo com esterco de curral - processo denominado de parcagem – para cultivo de mandioca e feijão. Os exemplos de sucesso da mecanização com autonomia, que tenho presenciado nesses 35 anos de agronomia na Amazônia, são de agricultores que financiam tratores e implementos adequados à escala ou ao tamanho de suas lavouras e que têm pleno domínio de suas operações.















Consultas Médicas Pronto Atendimento Odontologia **Fisioterapia** Nutrição Psicologia Medicina do trabalho Convênios e Particulares



### Ouça a Rádio de Verdade! www.mancheteonline.com.br



